

Coronelismo na região colonial italiana do Rio Grande do Sul (1903-1928)*

Coronelism in colonial italian region of Rio Grande do Sul (1903-1928)

*Márcio Alex Cordeiro Biavaschi***

Resumo

Objetiva-se analisar as condições da manutenção do poder coronelista em municípios da região colonial italiana (Antônio Prado, Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Garibaldi, Guaporé e Veranópolis), sobretudo do modo como os colonos se organizaram para se fazer ouvir politicamente, enquanto grupo de pressão a fazer frente às imposições do poder municipal e estadual do Partido Republicano Rio-Grandense.

Palavras-Chave: coronelismo, PRR, relações de poder, borgismo, colonização italiana.

Abstract

This article analyses how the coronelist power was maintained in italian immigration sites (Antônio Prado, Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Garibaldi, Guaporé and Veranópolis), how their population organize themselves to speak politicaly as a pressure group between municipal and state power of Rio-Grandense Republican Party.

Key Words: coronelism, PRR, power relationships, *borgismo*, italian colonization.

* Artigo recebido em 15-01-2009 e aprovado em 22-04-2009

** Doutorando em História/PUCRS. Orientadora Prof. Dra. Núncia Santoro de Constantino. Bolsista CAPES.
E-mail:mbiavaschi@gmail.com.

Estou atravessando uma crise. O padre Nosadini, essa víbora que se recolhe à sede da paróquia para morder-me, apesar de ausente, está urdindo, está conspirando contra mim por intermédio de seus sequazes.

Assim é que corre sorrateiramente e com grande sigilo entre os colonos ignorantes e fanáticos, um abaixo-assinado que, segundo uns, é pedindo ao bispo o regresso do padre e, segundo outros, solicitando de V. Exa. a minha destituição. (...)

Açula seus espoletas pela imprensa contra mim, dirigi-me carta anônima pelo correio ameaçando-me; escreveu e fez larga distribuição pelo município daquele folheto do qual remeteu um exemplar às autoridades superiores, atassalhando a minha reputação e penetrando até no lar familiar; manda propalar pelos seus fanáticos que o bispo não mandará outro padre, isso com o fim de chamar a odiosidade sobre mim, enfim, só falta pôr novamente em prática a tentativa que fracassou na noite de 24 de março último. (...)¹

Com estas palavras, o coronel José Cândido de Campos Júnior, intendente municipal de Caxias, expõe a Borges de Medeiros os meandros de um campo social onde imperavam as relações de poder coronelistas. Esta citação evidencia as características do sistema coronelista no Rio Grande do Sul durante a República Velha através da existência de uma imprensa regional combativa no seio das facções partidárias, a presença de dissidências e conflitos ao nível dos poderes locais, evidenciadas nos reclames a Borges, assim como, no caso da região colonial italiana (RCI), da presença de lideranças religiosas a contrapor-se aos coronéis locais.

Não procede, então, o fato dos municípios de colonização italiana serem apresentados pela historiografia enquanto passivas localidades que não possuíam voz ativa de contestação ao modelo político dominante no Rio Grande do Sul, decorrendo “o estabelecimento de tranqüilas ditaduras borgistas nas intendências municipais da Encosta Superior do Planalto” (FRANCO, 2001, p. 1024). Esse pretense condicionamento incontestado dos colonos perante a orientação borgista levou à apressada afirmação de que “o coronelismo parece ter sido abafado nas áreas habitadas pelos colonos” (LOVE, 1975, p. 143).

O coronelismo apresentou-se como um sistema político autoritário, fundamentado por relações complexas de poder e de redes de compromissos entre o poder estatal, estadual, com os coronéis ao nível dos poderes locais, principalmente tendo em vista objetivos eleitorais.²

O sistema coronelista definir-se-ia por suas características de cunho horizontais, manifestadas de diferentes formas e situações nos diversos contextos históricos regionais da trajetória política brasileira. Contudo, foi utilizado verticalmente pelo Estado em formação, por meio da cooptação de lideranças locais conforme a conjuntura específica de cada localidade ou região.

¹ Carta de José Cândido de Campos Júnior, intendente municipal de Caxias, a Borges de Medeiros (n. 1263, 01º/09/1898 – Arquivo Borges de Medeiros/Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

² Segundo CARVALHO, José Murilo de. *Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual*. In: *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999, p. 132: “O governo estadual garante, para baixo, o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle dos cargos públicos, desde o delegado de polícia até a professora primária. O coronel hipoteca seu apoio ao governo, sobretudo na forma de votos. Para cima, os governadores dão seu apoio ao presidente da República em troca de reconhecimento por parte deste de seu domínio no Estado”.

Como cooptação compreende-se a dominação política exercida pelos coronéis não exercida somente pela força, todavia pela aceitação e reconhecimento, por meio de mecanismos ideológicos que tornam a realidade não perceptível por parte dos dominados, principalmente através de um “processo de absorção de novos elementos na liderança ou na estrutura partidária como meio de serem evitadas ameaças à estabilidade ou à existência da organização do aparelho do Estado”, caracterizando a cooptação enquanto “uma ação política realizada sem violência” (FÉLIX, 1987, p. 16).

Desta maneira, na análise deste sistema político complexo, antes de procurar formular conceitos que muitas vezes não correspondem à prática vislumbrada no trabalho com fontes, ter consciência de que conceituações generalizantes não poderão dar sustentação ao fenômeno coronelista e às suas peculiaridades regionais.

Por este motivo, são praticamente intermináveis as discussões em torno do conceito de coronelismo, pois raramente os autores levam em consideração as distintas conjunturas regionais sobre as quais recai a determinação deste sistema político, extremamente complexo e específico à evolução política brasileira e de cada região do país em particular.

Victor Nunes Leal, em artigo publicado ainda em 1980, intitulado “O coronelismo e o coronelismo de cada um”, afirmava que para compreender o coronelismo seria necessário realizar uma análise detalhada “das condições políticas de todos os estados, uma vez que o coronelismo se desenvolvia no âmbito do Estado, como peça de sua engrenagem política” (LEAL, 1980, p. 11-12).

Ainda no mesmo artigo, Nunes Leal acredita que se torna necessário levar-se em conta as mais diversas posturas e enfoques frente àquela problemática, encarando o coronelismo como “um aspecto local da dominação política, um aspecto local das lutas e dos entendimentos políticos, embora refletindo-se nos círculos mais amplos e contribuindo, por suas características, para dar uma tonalidade própria a toda a vida política do país” (LEAL, 1980, p. 12).

Assim, o coronelismo enquanto modelo de mando compreendeu uma complexa rede de relações que permeou todos os níveis de atuação política durante a República Velha, surgindo como um “sistema de reciprocidade” (LEAL, 1976, p. 43), envolvendo trocas de compromissos, principalmente em períodos eleitorais, entre os chefes políticos municipais e os coronéis, fornecedores do eleitorado cooptado, com a situação dominante estadual, fornecedora de cargos públicos além de favores, especialmente de caráter econômico.

A obra clássica de Victor Nunes Leal, *Coronelismo, enxada e voto*, ainda é o melhor ponto de partida para quem quer se aprofundar na análise das práticas do modelo político coronelista,

apresentando uma incrível atualidade “pelas condições que apresenta para a solução, ou melhor, para a destruição do coronelismo” (CARVALHO, 1980, p. 8).

Este aniquilamento surge como novas possibilidades de compreensões conceituais sobre o sistema coronelista, principalmente quando observado na prática das relações de poder.

A complexidade de tais conceituações demonstra que “a estrutura coronelista de uma região é profundamente influenciada pela própria estrutura sócio-econômica ali existente”, de modo que “esta não deve ser esquecida ao se efetuarem estudos” (QUEIROZ, 1976, p. 170).

Portanto, observa-se o permanente fracionamento do Partido Republicano Rio-grandense (PRR) em todo o período da República Velha; assim como a estrutura coronelista utilizada e, muitas vezes, moldada por Borges de Medeiros confirma que seu poder de inserção ao nível dos poderes locais no Rio Grande do Sul, dava-se conforme as peculiaridades sociais, políticas e econômicas regionais.

O valor conferido pelo PRR à região colonial devia-se muito em parte por causas de caráter econômico e à ampliação do sistema capitalista estadual, de modo que a produção e o comércio gerados na RCI tornavam-se cada vez mais imprescindíveis ao desenvolvimento do Rio Grande do Sul em sua totalidade.

A difusa ideologia positivista empregada pelos republicanos no Rio Grande do Sul pregava a preservação da base das instituições sociais com a valorização da ordem e do progresso, percebendo que, pelo crescimento do trabalho, se daria um estado de equilíbrio na sociedade. A “idolatria” do trabalho do imigrante se deu a partir do momento em que se exaltavam os valores da etnia italiana, que buscava a ascensão social por meio do acesso à propriedade da terra e da contenção de despesas.

Com a dignificação do trabalho braçal ocorreu um “discurso de valorização exaustiva do imigrante italiano no Estado, imigrante que serviu como modelo de cidadão, operoso e ordeiro, capaz de fácil assimilação” (CONSTANTINO, 2000, p. 71). Contudo, essa absorção das populações dos núcleos coloniais não se mostrou tão tranqüila, nem os líderes regionais ou estaduais se mostravam tão convencidos de que a cooptação dos colonos se daria de forma tão simples.

A manutenção da ordem borgista na RCI muitas vezes deveu-se aos destacamentos da Brigada Militar, exemplificada na citação atribuída a Borges de Medeiros:

Em hipótese nenhuma deixem o gringo levantar a cabeça. Gringo não é como alemão. Eles não iriam se contentar em ter um Koseritz, mais um Haensel e um Ter Brügen na Assembléia. É só o governo se descuidar, eles tomam conta e depois não há quem tire.³

³ LESSA, Barbosa. *Borges de Medeiros*. 2. ed. Porto Alegre: Tchê!, 1985, p. 42. MALFATTI, Selvino Antonio. *Chimangos e maragatos no governo de Borges de Medeiros*. Porto Alegre: Pallotti, 1988, p. 154-155.

Por meio de análise de alguns casos se ilustrará o modo como relações de poder permeado por questões políticas e econômicas pode evidenciar o modo de funcionamento do coronelismo regional.

Inicialmente se abordará a presença do padre italiano Pedro Nosadini, enviado a Caxias (foi pároco do município de 1896 a 1898) pela Arquidiocese de Porto Alegre, que atendeu a pedidos do clero regional, com a função de criar comitês católicos cujo principal objetivo era o combate à maçonaria.

Sua atuação na RCI gerou acirradas lutas entre os elementos católicos, os membros da administração pública e os integrantes da maçonaria de Caxias, ocasionando uma crescente manifestação dos imigrantes católicos contra os coronéis locais e constantes ataques à sociedade maçônica e a decorrente expulsão de Nosadini da região em 1898.

Como este caso de caráter político pode oferecer um panorama das relações de poder coronelistas na RCI?

Colonos provenientes de regiões sob domínio austríaco possuíam uma forte ligação à esfera católica de caráter ultramontano,⁴ estreitamente ligado ao papado e à sua crítica a formação do Estado italiano, à maçonaria e àqueles que reivindicavam uma composição do catolicismo com o poder civil.⁵

Em vários momentos da História regional se pode observar que “as questões italianas, trazidas pelos imigrantes, encaminharam sua posição política em relação às questões políticas estaduais” (GIRON, 1994, p. 43).

Trata-se, na verdade, de um caso político que remonta a constituição do coronelismo na região. E isto se observa pela constituição de amplo conflito através das páginas dos jornais *Il Colono Italiano* (circulou de 01º de janeiro de 1898 até 21 de agosto do mesmo ano), fundado pelo padre Nosadini, em contraposição ao *O Caxiense*, órgão oficial do Partido Republicano Rio-Grandense, considerado maçônico pelas autoridades católicas. As páginas de ambos tornaram-se espaços para as lutas travadas entre católicos e os coronéis locais, a maioria de origem lusa e maçons.⁶

⁴ O clero ultramontano, “identificado e comprometido com a Restauração, rejeitou a sociedade moderna, a separação Igreja e Estado, a liberdade religiosa, a educação pública sem controle eclesial e proclamou a autoridade da hierarquia católica para regulamentar a coisa pública”. DREHER, Martin. *A Igreja Latino-Americana no Contexto Mundial*. São Leopoldo: Sinodal, 1999, p. 146.

⁵ Sobre os complexos aspectos da imigração italiana para o Rio Grande do Sul, em especial de colonos daquelas regiões ocupadas pelo Império Áustro-Húngaro, de claro caráter antiliberal, conferir: POSSAMAI, Paulo César. *Os trentinos no Rio Grande do Sul (1875-1919)*. In: *Revista História: Debates e Tendências*. Passo Fundo: UPF, v. 5, n. 1, julho/2004, p. 98-115.

⁶ Cf. HENRICHES, Liliana Alberti (org.). *Histórias da imprensa em Caxias do Sul*. Caxias do Sul: Museu Municipal/Arquivo Histórico de Caxias do Sul/Pioneiro, 1988. Sobre o modo como os jornais político-partidários proporcionaram a construção de um imaginário simbólico e político das facções coronelistas

O padre Pedro Nosadini, ao combater ferozmente a loja maçônica *Força e Fraternidade*, incentivou conflitos entre colonos e os coronéis locais, inclusive o próprio intendente de Caxias, coronel José Cândido de Campos Júnior, sendo retirado à força do município, mais especificamente da casa paroquial, na noite de 7 para 8 de fevereiro de 1897, por um grupo de maçons, retornando apenas quatro meses após.

No entanto, a situação se agrava. Na noite de 24 de março de 1898, o intendente coronel Campos Júnior sofre em sua residência um atentado a bala. Este fato desencadeou meses de acusações entre as partes conflitantes.⁷ A pacificação da região, neste episódio, só se daria definitivamente com transferência de Nosadini em 25 de dezembro de 1898 e com o fechamento da loja maçônica *Força e Fraternidade* em 1903, o que comprova que “o clero não era isento de opiniões políticas, participando ativamente das lutas regionais” (GIRON, 1994, p. 55). Mas a tranquilidade na região não durou muito tempo...

A política borgista estava permanentemente relacionada aos interesses políticos coronelistas e econômicos das lideranças locais, estando seu modelo de governo subordinado a tais circunstâncias particulares. As lideranças políticas regionais aceitavam o receituário contido no projeto borgista, desde que este atendesse aos seus intentos políticos e econômicos.

O Estado castilhistaborgista não era tão forte nem o PRR apresentava a coesão que afirmava, já que a fragilidade infraestrutural do aparelho estatal devia-se ao fato de pautar-se pela influência de diversos agentes presentes nas bases dos poderes locais, onde as relações do “coronelismo indomável”⁸ e as pressões de setores econômicos regionais faziam-se presentes e predominantes, ora apoiando e cooperando com a chefia estadual, ora contradizendo-a.

O modelo castilhistaborgista no Rio Grande do Sul decorreu, menos de uma influência efetiva da ideologia positivista (homogeneizadora do discurso partidário e justificadora de políticas públicas) sobre as ações governamentais, do que influenciada pelas práticas políticas exercidas no âmbito do sistema coronelista, já que “a influência real dos positivistas na vida pública era sumariamente rechaçada pelas lideranças locais em quase toda parte” (AXT, 2001, p. 69).

Foram constantes na RCI as estratégias de regulamentação do mercado realizadas por parte dos poderes públicos com o intuito de auxiliar setores essenciais ao incentivo da produção

locais, servindo de palco para os constantes conflitos intrapartidários existentes entre as lideranças políticas em suas disputas regionalizadas, conferir: BIAVASCHI, Márcio Alex Cordeiro. *Borgismo, coronelismo e dissidências políticas nas páginas dos jornais santa-marienses*. In: *Revista Biblos*. Rio Grande: FURG, v.17, 2005, p.165-180.

⁷ Cf. ADAMI, João Spadari. *História de Caxias do Sul*. Caxias do Sul: Paulinas, 1971, P. 229-258.

⁸ Cf. AXT, Gunter. *Coronelismo Indomável: especificidades do sistema coronelista no Rio Grande do Sul (1890-1930)*. In: MALATIAN, Teresa; LEME, Marisa Saenz; MANOEL, Ivan Aparecido (orgs.). *As múltiplas dimensões da política e da narrativa*. Franca: UNESP, 2003, p. 277-293.

dos setores dominantes, fosse o setor de transportes (políticas ferroviária, portuária e de navegação) ou por meio de mecanismos fiscais e tributários.

Vale conferir, na análise da RCI, o caso da Ponte do Korff, no qual a Associação de Comerciantes teve a função de personificar e transmitir a voz descontente do principal grupo de pressão regional. Fundada em 1901⁹, passou a defender a força do comércio de Caxias e os interesses do setor, interferindo muitas vezes na política regional.¹⁰

Este órgão desempenhava intensa pressão¹¹ ante o governo do PRR, sempre defendendo medidas ou obras que pudessem beneficiar a classe econômica dominante na região, através da escolha de trajetos de estradas, como condição para o desenvolvimento econômico regional, em conflitos com intendentês, questões referentes ao aumento de impostos, na defesa da qualidade dos produtos coloniais e na disputa por mercados.¹²

No caso especificado, ocorrido em 1904, a Associação demonstrou seu prestígio e poder político ao interferir nas decisões do governo borgista a propósito da construção da tal ponte, que serviria para ligar Caxias aos municípios do planalto e com o centro do país.

Havia uma disputa com os interesses do município de Antonio Prado, que foi vencida graças à aliança da Associação com as forças políticas de Vacaria, já que a localização da ponte uniria o município de Caxias com os Campos de Cima da Serra e o interesse econômico de ambos, de modo que o PRR alterou a decisão já tomada ao favorecer os interesses caxienses.¹³

Desta maneira, o Estado castilhistaborgista precisa ser desmitificado de uma áurea de neutralidade, de promotor do progresso, da modernidade e do bem comum. O regime foi

⁹ Em 1901, durante a Exposição Industrial Estadual, Caxias já surge como grande centro especializado na vitivinicultura. Sobre o início e desenvolvimento deste setor econômico conferir: PESAVENTO, Sandra. *RJ: agropecuária colonial e industrialização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983, p. 25-51; SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Cantineiros e colonos: a indústria do vinho no Rio Grande do Sul*. In: DACANAL, J. H. & GONZAGA, S. (org.). *RJ: imigração e colonização*. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996, p. 135-155.

¹⁰ Cf. GARDELIN, Mário. *Para a História da CIC*. Caxias do Sul, 1978.

¹¹ “Um grupo de pressão pode definir-se como uma organização constituída para defender interesses, exercendo pressão sobre os poderes públicos a fim de deles obter decisões conformes a esses interesses?": SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard. *Os grupos de pressão*. In: *Sociologia política: elementos de ciência política*. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1979, p.614; Conferir também: PASQUINO, Gianfranco. *Grupos de pressão*. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 12. ed. Brasília: Ed. da UnB, 1999, p. 562-571.

¹² Convém lembrar que a fundação da Associação dos Comerciantes, levada a cabo por elementos de origem italiana, não foi aceita de bom grado pelos coronéis locais, especialmente pelo intendente José Cândido de Campos Júnior, que não reconhecia o caráter jurídico da entidade. A principal preocupação do órgão representativo da classe a questão dos elevados valores dos impostos urbanos e rurais, especialmente em relação aos produtores rurais (colonos), como se deu em 1901. Como não havia possibilidade de negociações com o intendente, a Associação recorre a Borges de Medeiros tendo em vista a má vontade intencional em atender aos seus reclames, observado inclusive através da imprensa regional e estadual. Como resultado da crise municipal, o coronel Campos Júnior pressionado renuncia ao cargo intencional. Sobre este episódio conferir: MACHADO, Maria Abel. *Construindo uma cidade: História de Caxias do Sul 1875-1950*. Caxias do Sul: Maneco Livraria e Editora, 2001, p. 162-179; GIRON, Loraine Slomp & BERGAMASCHI, Heloisa Eberle. *Casas de negócio: 125 anos de imigração italiana e o comércio regional*. Caxias do Sul: EDUCS, 2001, p. 85-89.

¹³ HERÉDIA, Vânia Beatriz Merlotti. *Processo de industrialização da zona italiana: estudo de caso da primeira indústria têxtil do nordeste do Estado do Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul: EDUCS, 1997, p. 65-66. Conferir também: jornal *O Cosmopolita* (de outubro a dezembro de 1904).

influenciado pelas injunções de ordem econômica, decorrentes de interesses específicos de certas frações das classes dominantes, a comprovar o descompasso existente entre discurso legitimador e ação governativa efetiva.

Muitas vezes as lutas internas resultavam em intervenções do poder central no âmbito municipal, por meios legais ou extralegais, quando essas pudessem fugir ao controle do centro diretivo estadual, sendo o intervencionismo estatal na sociedade uma constante, no âmbito da política ou da economia.¹⁴

Sobre o esfacelamento do PRR em 1907, vale lembrar que em Caxias os grupos dirigentes do partido jamais foram homogêneos, possuindo facções que se engalfinhavam constantemente tendo em vista interesses políticos e econômicos.

A manipulação sobre os votos dos colonos italianos, constituía o principal instrumento de acirramento entre as facções do PRR local, de modo que algum membro do partido que não desempenhasse “corretamente” suas funções caía em desgraça no seio da agremiação:

...) fui chamado pelo Sr. Intendente [Serafim Terra] em sua casa. (...) O Sr. Intendente estava tão alterado que pouco faltou para me cuspir na face. Disse-me os maiores impropérios, chamou-me de bêbado e mais epítetos infamantes e os outros aprovaram tudo. Tudo isso porque não levei eleitores. Respondi que convidei e não quiseram vir.¹⁵

Neste município ocorreu uma grave crise política no ano de 1907, decorrente da ingerência do Juiz da Comarca, José Gonçalves Ferreira Costa, e do Promotor Público, Herculano Montenegro (além de redator-proprietário do jornal *Gazeta Colonial*), nos assuntos políticos locais.

Ao alinharem-se a uma facção partidária local, esses elementos prorrogavam sentenças que interessavam a Borges de Medeiros e seus aliados em plena crise da cisão republicana encabeçada por Fernando Abbott, além de instaurarem grande número de processos a vários funcionários públicos municipais, inclusive o intendente.

Após a renúncia dos membros do Conselho Municipal, em represália ao governo estadual ter considerado insubsistente o orçamento proposto por aquele órgão, e por ter o intendente municipal, Serafim Terra, proposto novo orçamento, ampliando a margem de arrecadação, passa a ocorrer uma disputa política entre os antigos conselheiros, amparados pelo Juiz da Comarca e pelo Promotor Público que se aproximam da dissidência de Abbott.

¹⁴ Conferir sobre este assunto: AXT, Gunter. *Gênese do Estado burocrático-burguês no Rio Grande do Sul (1889-1929)*. São Paulo: Tese de Doutorado em História Social/USP, 2001; especialmente os capítulos 3 (*Intervencionismo e política ferroviária*), 4 (*Intervencionismo e política portuária*) e 5 (*Intervencionismo fiscal, contrabando e hegemonia*).

¹⁵ Carta do professor Luiz Fachin a Borges de Medeiros (n. 1277, 28/03/1905 – ABM/IHGRS).

Borges de Medeiros, para controlar a crise política, transfere a sede da Comarca de Caxias para Bento Gonçalves, em 17 de dezembro de 1907. Apenas em 1919, diante da acomodação dos interesses, a sede volta para Caxias.

Política, administração, coronelismo e Justiça andavam de mãos dadas. O Poder Judiciário apresentava-se permeado por compromissos pessoais, por trocas de favores e por relações de poder nas quais o tráfico de influência era uma prática tolerada e aceita, em uma indistinção entre o espaço público e o privado e entre os campos da política partidária e o judiciário.

O controle borgista das problemáticas políticas ocorreu, muitas vezes, por meio da colocação de um partidário, um coronel burocrata, inicialmente alheio às pendengas locais em uma posição estratégica, na qual pudesse obter informações confiáveis para Borges sobre as lutas políticas entre as facções do PRR local, especialmente em épocas eleitorais, nas quais emergia o dissídio partidário.

Com a finalidade de apaziguar os ânimos no seio do PRR no município de Alfredo Chaves (atual Veranópolis), Borges força-se a nomear um italiano para o posto intencional, Pellegrino Guzzo, de modo que sua atitude é bem recebida até mesmo por federalistas na região, a comprovar que um elemento de origem italiana era mais bem recebido na comunidade do que um coronel burocrata que não possuía uma forte base de apoio na região colonial italiana:

Quando um cidadão, embora o mais humilde no meio em que vive, manifesta, a quem preside os destinos político-administrativos de uma população ou fração dela, os seus sinceros aplausos, motivados por um ato que reflete justiça e que, por isto mesmo, só redundará em benefício geral desse meio, entende o signatário que a sua manifestação, espontânea e sincera, não possa ser considerada como uma espécie de adulação ou engrossamento, como se costuma dizer vulgarmente.¹⁶

O ano de 1907 é sintomático dos meandros pelos quais se dava a política rio-grandense, a começar pelo período que inicia em 1903, com o falecimento de Júlio de Castilhos, e vai até 1907. O surgimento da dissidência de Fernando Abbott refletiu um período que pode ser descrito como de crise de hegemonia e de contestação à permanência de Borges como líder partidário e chefe do poder executivo do governo estadual.

Não possuindo o carisma e o mesmo comprometimento que possuía Castilhos em relação aos coronéis do interior, Borges, ao indicar Carlos Barbosa como candidato oficial do PRR, afastou-se da administração direta do executivo estadual, conservando o comando partidário, com o intuito de reorganizar, segundo suas intenções, o coronelismo no interior do Rio Grande do Sul.

O papel da imprensa regional foi significativo por atuar como veículo propagador das diversas correntes de opinião que se formavam e aos interesses de determinados grupos políticos

¹⁶ Carta de Antônio Tagliari Filho (n. 10456, 26/03/1907 – Fundo Veranópolis/ABM/IHGRGS).

e econômicos, disputando um terreno que servia de base às discussões dos problemas e conflitos políticos locais.

Em Caxias, se observa a constante disputa, principalmente no período de 1911 a 1912, entre os jornais locais *O Brasil* (representante da facção majoritária do PRR no município) e o periódico *Cidade de Caxias* (órgão do grupo minoritário do borgismo local), o que demonstra a incompatibilidade entre os membros do partido na região.

Outra prova de insubordinação regional ocorreu quando do pleito federal de 3 de maio de 1924, graças a função que líderes religiosos desempenharam naquele momento¹⁷, quando o PRR conseguiu vitórias medíocres em Bento Gonçalves e Guaporé, mas perdeu a eleição em nove municípios do Estado, dentre os quais, em Antônio Prado, Encantado, Caxias do Sul:

Cônego Meneguzzi com dois padres distribuiu e embuchou cédulas (...). Prevejo derrota visto apuração distritos por uns 600 eleitores.¹⁸

Nossos esforços aqui não puderam sobrepor-se ascendência religiosa padre Meneguzzi transformada em prestígio político contra nossa causa, secundada parcialidade ostensiva delegado militar.¹⁹

Em Garibaldi a reação ao borgismo foi semelhante: “Vencido pela traição dos padres, deponho nas mãos de V. Exa. cargos imerecidamente exerço”.²⁰

Alfredo Chaves (atual Veranópolis) repete-se o processo:

Nossa derrota aqui, apesar esforço empregado, encontra explicação situação deplorável município, deixada administração anterior, trabalho intenso padres capuchinhos, traição elementos próprio partido.²¹

Foi marcante a presença do padre João Meneguzzi na política caxiense na década de 1920, principalmente a partir da eleição ao governo estadual em 1922. O enfrentamento político com o intendente coronel Penna de Moraes, teve como motivo os reclames dos colonos pela ausência de seus títulos eleitorais, que não eram entregues aos eleitores da oposição assisista. João Meneguzzi, já com onze anos à frente da administração diocesana e com grande influência sobre

¹⁷ Neste momento ocorre, então, a queda vertiginosa do poder de interferência borgista no âmbito dos poderes locais e na ingerência nas disputas coronelistas localizadas, devido às cláusulas do Pacto de Pedras Altas que proíbem as intervenções de Borges nos municípios, assim como a reeleição dos intendentes. Este pacto diminuiu a compressão sobre as oposições, que alcançaram várias vitórias eleitorais a partir de então, fortalecendo os poderes locais em relação à intromissão borgista. Sobre o Pacto de Pedras Altas e as negociações da paz de 1923 conferir: VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. *A crise dos anos 20: conflitos e transição*. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1998, p. 31-35; FRANCO, Sérgio da Costa (introdução e notas). *A pacificação de 1923: as negociações de Bagé*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS/EST Edições, 1996.

¹⁸ Telegrama do deputado Octávio Rocha a Borges de Medeiros (n. 1400, 20/04/1924 – ABM/IHGRS).

¹⁹ Carta do intendente municipal coronel José Penna de Moraes a Borges de Medeiros, datada de 8 de maio de 1924.

²⁰ Telegrama do intendente municipal de Garibaldi Jacob Nicolau Ely a Borges de Medeiros, datado de 4 de maio de 1924.

²¹ Telegrama da comissão diretiva do PRR em Veranópolis a Borges de Medeiros, datado de 8 de maio de 1924.

os colonos, foi barrado às portas da Intendência pela Brigada Militar, quando pretendia obter justificativas do intendente:

Retire-se Vigário, vai correr bala disse um sargento. O Vigário respondeu: “Vai correr bala nada. Quero falar com o Intendente”. Então um da Brigada o acompanhou. Na presença do Intendente, que se encontrava rodeado pelos do partido, verberou energicamente seu proceder, responsabilizando-o por tudo que pudesse acontecer. O intendente empalideceu, mas disse: “Se o povo der ainda três passos, será fuzilado”.²²

Na eleição para o senado federal em 1924, mais uma vez contribuiu a atuação de padres católicos para que nos distritos coloniais houvesse grande insubordinação aos coronéis borgistas:

Em Nova Trento a situação é algo mais delicada: concedendo o vilamento desde já, dar-se-ia uma nova arma aos nossos adversários para melhor explorar a ignorância dos colonos e causaria desgosto no meio dos nossos companheiros de Caxias, ao passo que não concedendo o vilamento, traria o descontentamento do grupo Mascarello, que foi nas eleições passadas nosso adversário. (...)

Como em todas as colônias italianas, os árbitros da situação são os padres. Único meio, a meu ver, para contrabalançar as forças seria tentar de obter por meio do padre D. Henrique Campagnoni, nosso correigionário e vigário de São Marcos e contrário ao vilamento, um entendimento entre este padre e os padres de Nova Trento, para ver se destes poderia obter de aconselhar os colonos a votar conosco ou abster-se das urnas. Esta iniciativa seria necessário fosse direta por uma pessoa de prestígio e de máxima seriedade.(...)

Em Caxias precisaria que os srs. A. Eberle e M. Muratori usassem de suas influências pessoais junto ao vigário da cidade ao fim de que este se empenhasse uma boa vez de ficar de fato neutral e não instigar contra nós os colonos.²³

Logicamente que as oposições ao PRR na região souberam tirar proveito da liderança que os religiosos desempenhavam nos núcleos colônias, o que causavam enorme descontentamento nos representantes do borgismo regional:

O assisismo local agonizante quer explorar com o cônego (cônego Meneguzzi e seu bloco) e que hipócrita aceitará a exploração. Escrevemos ao arcebispo eu, o Abramo, Miguel e Sassi declarando que não consentiríamos em semelhante exploração.²⁴

Com o intuito de conter a insubordinação colonial, Borges de Medeiros envia à região colonial o deputado e pessoa de sua inteira confiança, Octávio Rocha,²⁵ que passa a lhe enviar constantes relatórios do modo como se desenvolvia a política partidária na região e como era o perfil dos grupos de pressão locais:

Aqui estou e aqui ficarei para cumprir suas instruções sobre a política republicana nesta terra, tão fértil em incidentes. Procurei desde logo pulsar a situação para fazer um juízo próprio, sem alheias sugestões. Vi claramente que o horizonte é escuro, não porque a

²² Pa. Ernesto BRANDALISE. *A Paróquia Sta. Tereza*. p. 45. Citado por: ALVES, Eliana Rela. *Fides nostra, Victorian nostra: os italianos católicos e o processo de aquisição do poder político na intendência de Caxias: 1890 - 1924*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História/PUCRS, 1995, p. 83-84.

²³ Carta do Dr. M. J. Caorsi (n. 1385, 15/02/1924, Fundo Caxias/ABM/IHGRGS). Nova Trento corresponde ao atual município de Flores da Cunha.

²⁴ Carta de Octávio Rocha (n. 1399, 16/04/1924, Fundo Caxias/ABM/IHGRGS).

²⁵ Discípulo predileto de Borges de Medeiros, o pelotense Octávio Rocha, engenheiro, foi diretor de *A Federação*, secretário da Fazenda do estado, deputado federal, membro da Comissão de Finanças, líder das bancadas republicanas do Rio Grande do Sul, da Bahia, do Rio de Janeiro e de Pernambuco e, posteriormente, intendente de Porto Alegre; conforme: BAKOS, Margaret Marchiori. *Porto Alegre e seus eternos intendentes*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996, p. 58.

direção local tenha falido, mas pelo feitio da gente que aqui habita. Não são francos nem sinceros e acima de tudo colocam o interesse legítimo de seus negócios e de suas empresas. Se for necessário sacrificar uma hora à política republicana, eles só o sacrificarão se daí não lhes advir prejuízo material ou ganho perdido.

O conselho está dividido, sendo que os dois conselheiros, os snrs. Muratori e Sassi se empenham vivamente para desvalorizar o intendente, o nosso velho companheiro Penna de Moraes, visando a sucessão intencional apenas.

O cônego Meneguzzi é no fundo nosso adversário – maragato de coração.(...)

Devemos e precisamos transigir com os dois conselheiros e com os padres (...), falando claramente aos dois e fazendo todas as cortesias aos padres, o que, aliás, não me é difícil, porque sou católico. (...)

A política aqui é de tocaia.²⁶

Mais uma vez a questão da liderança dos padres em torno dos colonos se faz presente e merece destaque:

O padre é que me pareceu irredutível. É maragato de papo vermelho. Ontem deu provas disso prestigiando o comitê do Zeca Netto. Vou assediá-lo para ver se ainda é possível como o Muratori e o Abramo, torná-lo neutro. Mas levo pouca esperança e talvez tenhamos, mais tarde, de abrir luta com ele. Penso que se der, vamos esgotar todos os meios.²⁷

As lideranças religiosas, assim como os líderes políticos da região, procuravam sempre que possível, especialmente em períodos eleitorais, barganhar com o poder estadual em troca de seu apoio à política dominante ou, minimamente, manterem-se neutros nas contendas regionais:

O padre de Ana Rech, D. Michel, foi tremendo contra nós. Estou amansando com jeito. (...) Queixou-se de uma multa federal. Com os fiscais federais, que vivem comigo todo o dia, promovi a anulação. Ele se queixa também de ter pagado 27\$250 (não sorria com a mesquinhez da reclamação do padre) de imposto de videiras e profissões. (...)

Estive hoje em Galópolis com o Orestes Manfro, que me repetiu tudo quanto havia dito. Fomos eu, ele, o Sassi e o Muratori ao padre Antonio, que foi contra nós. (...) Conversamos longamente. Ele prometeu ajudar-nos. Repeti as minhas visitas, que ele pediu fizesse, porque é um homem culto e não tem com quem conversar.

O Orestes pede o restabelecimento da aula do sexo masculino em Galópolis, que já existiu. Para prender o padre queremos que ele escolha o professor. Ele diz que o fará e ajudará a lecionar.²⁸

Percebem-se, então, as condições de manutenção do poder coronelista nos municípios da RCI, sobretudo da forma como se organizaram os grupos de pressão regionais, enquanto uma força social organizada a fazer frente às imposições borgistas ou comporem com ela, desde que fossem atendidos os seus pedidos:

Fez-me (Luis Pieruccini Filho) duas propostas: 1^a. – Dar a viação carros regularmente para transporte de seu vinho, um por semana, e ele e seus irmãos proibem de falar em assisismo em sua casa. O velho Pieruccini, chefe assisista importante, vai embora e não volta até a eleição. Parece aceitável. 2^a. – Se o governo, além disso, liquidar o interdito proibitório nós, Pieruccini, trabalharemos a favor da reeleição e daremos cerca de 500 votos ao governo, marcados na urna e contados por mim. (...)

Peço ao meu chefe o favor de cuidar as duas propostas e autorizar que feche o negócio (estamos na terra do interesse) com fôro legal. (...) Considero um golpe de morte no assisismo local, tal a importância dos Pieruccini.²⁹

²⁶ Carta de Octávio Rocha (n. 1386, 20/02/1924, Fundo Caxias/ABM/IHGRGS).

²⁷ Carta de Octávio Rocha (n. 1387, 26/02/1924, Fundo Caxias/ABM/IHGRGS).

²⁸ Carta de Octávio Rocha (n. 1390, 08/03/1924, Fundo Caxias/ABM/IHGRGS).

²⁹ Carta de Octávio Rocha (n. 1391, 10/03/1924, Fundo Caxias/ABM/IHGRGS).

Há que se esclarecer que esta compreensão recusa terminantemente a noção de que a RCI tenha sido dócil marionete nas mãos dos coronéis burocratas, mas sim elemento atuante e, muitas vezes, contestador do modelo político borgista, principalmente em relação aos desmandos dos coronéis burocratas instalados por Borges na região. Isso se dava, freqüentemente, através dos representantes das Associações Comerciais:

Esteve hoje em minha casa uma comissão da Associação Comercial composta pelos srs. Aristides Germany, Antonio Pieruccini, Adelino Sassi e João Ahrends [gerente da filial do Banco da Província do Rio Grande do Sul e presidente da Associação]. (...) Seria de efeito seguro que o Sr. me telegrafasse dando a solução que eles querem e que durante alguns dias, três pelo menos, mandasse dar a Caxias uns 20 carros. (...) Peço essa medida por que reputo o efeito seguro. Eles ficam presos. Hoje o Aristides Germany, só com a promessa de que o Sr. atenderia, já não foi ao Centro assisista. (...) Sinto que estamos abrindo brecha no adversário e que em breve a pérola das colônias será inteiramente nossa. (...) É sintomático que o Sr. aqui nunca perdeu um só amigo e que tudo foi consequência de inabilidade local.³⁰

As fraudes, coerções e perseguições políticas invariavelmente presentes em períodos eleitorais retratavam o papel desempenhado pelos coronéis locais, ao utilizar a máquina pública para comprimir as populações coloniais aos seus interesses. Contudo, havia uma grande margem para a indisciplina colonial:

Alguns meses antes da realização do pleito de 1922, para Presidente do Estado, esboçou-se nesta cidade um movimento de oposição, culminando no dia da votação. (...) tendo-se apresentado uns 500 eleitores oposicionistas e poucos republicanos e amigos do Cel. Penna de Moraes, que votaram diversas vezes (cita-se o caso do ex-funcionário municipal C. Finco que votou cerca de 40 vezes). Nas eleições de 3 de maio de 1924, a despeito da presença do Ilustre republicano Dr. Otávio Rocha, que tinha amplos poderes, o partido conseguiu somente 1015 votos contra 1773 adversários.³¹

Percebem-se, então, as condições de manutenção do poder coronelista nos municípios da RCI, sobretudo da forma como se organizaram os grupos de pressão regionais, enquanto uma força social organizada a fazer frente às imposições borgistas. Há que se esclarecer que esta compreensão recusa terminantemente a noção de que a RCI tenha sido dócil marionete nas mãos dos coronéis burocratas, mas sim elemento atuante e, muitas vezes, contestador do modelo político borgista.

Decorria, então, a imposição de coronéis burocratas, enquanto elementos não pertencentes àquele contexto social, “importados” de outras regiões do Estado, como uma possível solução aos conflitos e às circunstâncias políticas localizadas, assumindo, por sua vez, encargos administrativos e policiais em uma chefia política local de caráter unipessoal, com o

³⁰ Carta de Octávio Rocha (n. 1392, 12/03/1924, Fundo Caxias/ABM/IHGRGS).

³¹ Carta do intendente municipal da Caxias Celeste Gobbato, datada de 19 de março de 1926 (n. 1404 – ABM/IHGRGS).

respaldo borgista, o que não significa afirmar que não pudessem ser removidos conforme o contexto.³²

Invariavelmente o apoio das lideranças coloniais somente se daria após uma compensação por parte do governo em forma de obras ou medidas administrativas que auxiliassem os negócios e o comércio da região: “Industriais e agricultores não vos digo novidade lembrando que, alheios em máxima parte a preocupações de ordem política, votando e acompanhando a situação dominante, exigem em troca serviços e concessões necessários ao seu progresso e bem estar.”³³

A função pública de prestígio daqueles intendentes coronéis burocratas devia-se à imponderabilidade política das populações coloniais.³⁴

Apesar das regiões coloniais serem referidas “como a fortaleza eleitoral do oficialismo borgista” (AXT, 2001, p. 155), o controle nem sempre foi estável, devido aos conflitos entre o PRR e as lideranças locais. A participação política da RCI no modelo borgista não se resumiu a uma simples função de massa eleitoral de manobra, mas como uma constante ameaça a constranger politicamente o PRR perante as oposições e as facções internas.

O estabelecimento de coronéis burocratas nos postos de intendentes naquela região, como “elementos afinados com o chefe do executivo estadual e que não eram representativos da sociedade colonial” (PESAVENTO, 1996, p. 180), não confirma uma pretensa passividade política, já que a imposição desses funcionários borgistas prestava-se enquanto uma forma de apaziguar o despertar político da região colonial italiana.³⁵

Contudo, se for restringida aos coronéis uma condição de funcionários burocratas muito das particularidades daquele sistema político se perderá, de modo que os seus agentes passam a ser considerados apenas enquanto acatadores de decisões partidas de Borges de Medeiros.

Esse conceito, longe de ser aceito para a totalidade dos coronéis rio-grandenses do período borgista, em determinadas circunstâncias ratificou-se empiricamente na análise das fontes

³² Foram os primeiros autores a formular e utilizar este conceito, mesmo que em uma perspectiva diferenciada: FRANCO, Sérgio da Costa. *O sentido histórico da revolução de 1893*. In: *Fundamentos da cultura rio-grandense*, 5ª Série. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia/UFRGS, 1962; FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. Porto Alegre/São Paulo: Globo/USP, 1975, p. 638; LOVE, Joseph. *Op cit*, p. 80-83.

³³ Carta de José Penna de Moraes a Borges de Medeiros (n. 1377 - 19/04/1919 – ABM/IHGRGS).

³⁴ Aos descendentes de italianos restava, a princípio, a ocupação dos Conselhos Municipais, lugar destinado pela política borgista devido sua débil ingerência na política local, mas que possuíam, por outro lado, oportunidade de conduzir para os seus interesses o controle das políticas orçamentárias e fiscais municipais. Conferir o Artigo 65 da Constituição Rio-Grandense de 14 de Julho de 1891: “*Os conselhos reunir-se-ão ordinariamente uma vez por ano, durante a sessão dois meses no máximo, que serão consagrados à votação da despesa e receita municipal do ano seguinte, ao exame das contas do ano anterior, à adoção de medidas conexas com o orçamento, a cuja confecção servirão de base as informações e dados ministrados pelo intendente*”. In: DIDONET, Zilah. *O Positivismo e a Constituição Rio-Grandense de 14 de Julho de 1891*. Santa Maria: Imprensa Universitária/UFSM, 1977, p. 101.

³⁵ Cf. FRANCO, Sérgio da Costa. *O despertar político da região colonial italiana*. In: SULIANI, Antônio (org.). *Op cit.*, p. 1024-1027.

históricas, haja vista a percepção do permanente fracionamento do PRR a nível local. Entre Borges, presidente do Estado e chefe do partido dominante, as demais lideranças partidárias e o coronelismo local, “havia uma tensão estruturalmente inerente, que pressupunha, ao mesmo tempo, cooperação, competição e confronto” (AXT, 2001: 103-104).

Torna-se necessário observar como as lideranças regionais, exercendo inclusive as práticas de coronéis, se organizaram para se fazer ouvir enquanto grupo de pressão, frente às imposições do PRR. Em carta datada de 09 de novembro de 1917, o presidente da Confederação das Associações Comerciais da região colonial, Hércules Galló, barganhava junto a Borges interesses políticos e econômicos que extravasavam os limites municipais:

(...) tomamos a liberdade de pedir a V.Ex. que se digne, nos proteger também perante o Governo Federal, mandando no alto Congresso da República pessoa grata de V.Ex., que conheça de perto os interesses de nossa região.³⁶

As rivalidades da política regional eram, muitas vezes, mais agudas do que disputas ideológicas ou partidárias mais amplas, como se pode observar na carta endereçada a Borges de Medeiros por parte do cônego João Maria Balen, neste caso, a animosidade das populações coloniais em relação ao intendente de Caxias, Penna de Moraes:

Porém, agora tudo mudou de figura. Todos andam em sobressalto, com os ânimos exaltados, todos andam armados, temerosos do que podem fazer-lhes os partidários do intendente, do que pode suceder de um momento para o outro, fazendo mil conjecturas sinistras, resumindo tudo com o mesmo estribilho: “é preciso acabar com isto, é preciso liquidar o intendente, é preciso liquidar os borgistas, antes que eles nos liquidem”. Diversas vezes lhes disse: “então também a mim?” Ao Sr. não, respondem, nós nada temos com os borgistas de Porto Alegre, nada temos com o Dr. Borges de Medeiros, nós só temos com o intendente daqui e seus partidários, os quais continuamente nos ameaçam com a vingança, com a lista negra, nós ameaçam desarmar-nos para depois fazer as represálias.³⁷

Como foi mencionado anteriormente, mesmo contando com o apoio borgista e de alguma facção local do PRR, os coronéis burocratas poderiam cair em descrédito perante Borges de Medeiros devido alguma derrocada da política dominante nos municípios em que se encontravam.

Na correspondência do cônego João Maria Balen, citada anteriormente, se evidencia que as problemáticas e rivalidades locais e regionais (a rejeição do intendente de Caxias, José Penna de Moraes por parte da população)³⁸ possuem maior impacto e repercussão do que assuntos de maior abrangência a nível estadual ou nacional:

³⁶ Carta de Hércules Galló a Borges de Medeiros (n. 1374 - 09/11/1917 – ABM/IHGRGS).

³⁷ Carta de João Maria Balen (n. 1383, 12/02/1923, Fundo Caxias/ABM/IHGRGS).

³⁸ A contrariedade generalizada contra o intendente Penna de Moraes era tamanha que ocorreu até mesmo o “*crime contra a estátua da liberdade*”, monumento localizado na Praça Dante Alighieri, em Caxias, que consistiu em um protesto realizado por Ferdinando Trussardi, que acorrentou o monumento e pixa o nome do intendente citado, conforme: *O Democrata*, 17/01/1923, p. 1 (AHMJSA).

Pois posso afirmar a V. Ex. que aqui em Caxias se fizeram assististas por pirraça ao intendente, aos desmandos e injustiças como afirmam terem recebido dele. E dia menos dia pode suceder uma verdadeira hecatombe, como aquela que o vigário evitou, quando foi da recusa da entrega dos títulos eleitorais, pondo-se de permeio entre a multidão e a polícia pronta a fazer fogo. (...)

Se V. Ex. julgar recompensar serviços prestados pelo intendente, bem pode nomeá-lo para algum cargo em outra parte e terá a estima, o afeto e a benção desta população toda, e isso posso garantir a V. Ex. em nome dos vigários destas paróquias. Porém, se o atual intendente continuar aqui pode acontecer alguma coisa grave, um estado de ódios e desconfianças, com algum desfecho fatal.³⁹

É a partir dos indivíduos considerados em seus relacionamentos sociais que observamos a organização das estruturas dos campos de interação e dos grupos de pressão, por mais prestígio que possua perante o líder estadual.

Tal fato ocorreu em Caxias, onde o coronel santa-mariense José Penna de Moraes governou de 1911 até 1924,⁴⁰ mas sofreu forte contestação de grupos regionais contrários a Borges, principalmente após a derrota de Assis Brasil na eleição estadual de 1922, que fez eclodir a Guerra Civil de 1923 e, por fim, a intervenção federal no Rio Grande do Sul e o declínio do borgismo enquanto expressão de poder político.

A nossa situação vai melhorando de dia a dia e eu já estou com esperança de ganharmos a eleição no 1º. Distrito, baluarte do assisismo, que eles consideram inexpugnável. (...) O Penna quer sair logo depois da eleição e lhe pede para nomeá-lo para um cargo administrativo a fim de justificar sua imediata saída.⁴¹

Através das lutas políticas na região colonial italiana do Rio Grande do Sul, avalia-se o ambiente delimitado onde os grupos sociais se enfrentam e se definem, por meio das lutas simbólicas por legitimação e pelas disputas de representações que produzem de si e em relação àqueles aos quais se opõem.

Concluindo, o coronelismo é resultante das especificidades espaço-temporais de sua ocorrência, em das particularidades políticas e econômicas de cada região em relação ao poder central do PRR, visualizadas enquanto implicações de variáveis acomodações entre grupos mais acentuadamente opostos que colaboradores.⁴²

A complexidade das relações de poder naquela região nega a afirmação de parte da historiografia sobre o coronelismo ter sido tênue em áreas coloniais, já que apresentava uma

³⁹ Carta de João Maria Balen (n. 1383, 12/02/1923, Fundo Caxias/ABM/IHGRGS).

⁴⁰ Contudo, Penna de Moraes afastou-se do cargo intencional em períodos de temporários, quando houve as nomeações dos vice-intendentes Hércules Galló (1914-1915), José Batista (1915) e Adauto Cruz (1918), conforme: CHIES, Guiomar. *Os poderes fazem História*. Caxias do Sul: Evangraf, 1999, p. 25.

⁴¹ Carta de Octávio Rocha (n. 1400, 20/04/1924, Fundo Caxias/ABM/IHGRGS).

⁴² Pra a análise das particularidades regionais que acarretam práticas particulares de coronelismo, conferir: BIAVASCHI, Márcio Alex Cordeiro. *O regional e o local no entendimento do coronelismo*. In: *Ágora: Revista de História e Geografia*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, v. 11, n. 2, – jul./dez./2005 – p. 83-98; BIAVASCHI, Márcio Alex Cordeiro. *A árvore e a floresta: uma contribuição metodológica de Pierre Bourdieu acerca da História Regional*. In: *Revista de História Regional*. Ponta Grossa: UEPG, v. 8, n. 2, inverno de 2003, p. 125-145.

dinâmica particular, a demonstrar que o processo de assimilação dos imigrantes não foi tão tranquilo como se imagina.

A formação do Estado castilhistaborgista deveu-se às negociações e barganhas políticas que os dirigentes do PRR realizaram no interior dos poderes locais. Este Estado não era tão forte, nem o PRR apresentava-se como um bloco monolítico e homogêneo, como pregava sua propaganda.

A historiografia da imigração italiana no Rio Grande do Sul assume muitas vezes uma postura de apologia em relação ao imigrante e aos seus descendentes, apresentando-os como heróis estranhos em uma terra estranha que venceram sozinhos graças às qualidades naturais de sua etnia e cultura, o que serve apenas para simplificar, caricaturizar e ocultar a riqueza do processo histórico regional.

Da mesma forma, as narrativas de caráter enaltecedor, que estabeleceram a imagem de um imigrante indiferente, sujeito às ações dos donos do poder, construíram mitos⁴³ que silenciaram a História ao ocultar a heterogeneidade das comunidades de imigração italiana no Rio Grande do Sul.

Mesmo que nem todos os colonos italianos tenham se posicionado a favor do castilhismo/borgismo, premissas fundamentais de ideologia positivista, como “ordem e progresso”, a valorização e dignificação do trabalho, o amor à pátria que os recebeu ou o “conservar melhorando” desenvolvimentista foram bem aceitas nos núcleos coloniais.⁴⁴

O sistema coronelista nestas regiões apresentava uma dinâmica interna e específica em relação ao restante do estado, haja vista a existência, naqueles municípios, de alguns elementos partidários, os intendentess municipais, que, ao servir enquanto coronéis burocratas representando o poder borgista nas comunidades, buscavam apelar os conflitos internos com os colonos e grupos de pressão, com o que nem sempre obtiveram sucesso.

Com o intuito de cooptar as populações coloniais, o PRR procurou realizar um processo de mediação com membros da Igreja Católica, que exercia uma forte influência na região colonial italiana. Logicamente que este arranjo de interesses entre o PRR e a Igreja não estava imune a

⁴³ Conferir: CORTEZE, Dilse Piccin. *Ulisses va in América: História, Historiografia e Mitos da Imigração Italiano no Rio Grande do Sul (1875-1914)*. Passo Fundo: UPF, 2002; MAESTRI, Mário. *Os senhores da serra: a colonização italiana do Rio Grande do Sul (1875-1914)*. 2. ed. Passo Fundo: UPF, 2005.

⁴⁴ “Na virada do século, o processo de construção da italianidade está andando de vento em popa, reforçado pela ideologia predominante que aponta para Augusto Comte. (...) Borges procurou revitalizar a colonização e usou, como uma das estratégias, um discurso de valorização exaustiva do imigrante italiano no Estado, imigrante que serviu como modelo de cidadão, operoso e ordeiro, capaz de fácil assimilação. Tal discurso está próximo das concepções do imigrante, ansioso por uma segunda pátria, que lhe oferece a possibilidade de acesso à propriedade da terra, onde poderá demonstrar sua capacidade de trabalho.” In: CONSTANTINO, Núncia Santoro de. *Italianidade(s): imigrantes no Brasil meridional*. In: CARBONI, Florence & MAESTRI, Mário. *Raízes Italianas do Rio Grande do Sul (1875-1997)*. Passo Fundo: UPF, 2000, p. 71.

desacordos de ambos os lados, pois estava em jogo a ampliação de possíveis influências sobre as populações coloniais e suas reivindicações.

Um breve percurso na História do borgismo permite estabelecer claramente o fracionamento em etapas de sua longa permanência à frente do poder partidário e do poder estadual no Rio Grande do Sul, que de 1903 a 1928 apresentou variações em sua capacidade de governar e conduzir os compromissos com a rede coronelista e com grupos de pressão na sociedade, o que se refletiu nas relações de poder e nos padrões de procedimento político com as regiões coloniais italianas do Rio Grande do Sul.

Referências Bibliográficas

ADAMI, João Spadari. História de Caxias do Sul. Caxias do Sul: Paulinas, 1971.

ALVES, Eliana Rela. Fides nostra, Victorian nostra: os italianos católicos e o processo de aquisição do poder político na intendência de Caxias: 1890 - 1924. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História/PUCRS, 1995.

AXT, Gunter. Gênese do Estado burocrático-burguês no Rio Grande do Sul. Tese de Doutorado em História Social/USP, 2001.

_____. Coronelismo Indomável: especificidades do sistema coronelista no Rio Grande do Sul (1890-1930). In: MALATIAN, Teresa; LEME, Marisa Saenz; MANOEL, Ivan Aparecido (orgs.). As múltiplas dimensões da política e da narrativa. Franca: UNESP, 2003, p. 277-293.

BAKOS, Margaret Marchiori. Porto Alegre e seus eternos intendentés. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

BIAVASCHI, Márcio Alex Cordeiro. A árvore e a floresta: uma contribuição metodológica de Pierre Bourdieu acerca da História Regional. In: Revista de História Regional. Ponta Grossa: UEPG, v. 8, n. 2, inverno de 2003, p. 125-145.

_____. Borgismo, coronelismo e dissidências políticas nas páginas dos jornais santa-marienses. In: Revista Biblos. Rio Grande: FURG, v.17, 2005, p.165-180.

_____. O regional e o local no entendimento do coronelismo. In: Ágora: Revista de História e Geografia. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, v. 11, n. 2, – jul./dez./2005 – p. 83-98.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de política. 12. ed. Brasília: Ed. da UnB, 1999.

- CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Italianidade(s): imigrantes no Brasil meridional. In: CARBONI, Florence & MAESTRI, Mário. Raízes Italianas do Rio Grande do Sul (1875-1997). Passo Fundo: UPF, 2000, p. 67-82.
- CORTEZE, Dilse Piccin. Ulisses va in América: História, Historiografia e Mitos da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul (1875-1914). Passo Fundo: UPF, 2002.
- CARVALHO, José Murilo de. Em louvor de Victor Nunes Leal. In: Dados - Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, 1980, p. 5-9.
- _____. Pontos e Bordados: escritos de história e política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- DACANAL, José H. & GONZAGA, Sergius (org.). RS: imigração e colonização. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.
- DIDONET, Zilah. O Positivismo e a Constituição Rio-Grandense de 14 de Julho de 1891. Santa Maria: Imprensa Universitária/UFSM, 1977.
- DREHER, Martin. A Igreja Latino-Americana no Contexto Mundial. São Leopoldo: Sinodal, 1999.
- FAORO, Raymundo. Os donos do poder. Porto Alegre/São Paulo: Globo/USP, 1975.
- FÉLIX, Loiva Otero. Coronelismo, borgismo e cooptação política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- FRANCO, Sérgio da Costa. O sentido histórico da revolução de 1893. In: Fundamentos da cultura rio-grandense. 5ª Série. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia/UFRGS, 1962.
- _____. (introdução e notas). A pacificação de 1923: as negociações de Bagé. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS/EST Edições, 1996.
- _____. O despertar político da região colonial italiana. In: SULIANI, Antônio (org.). Etnias e carisma. Porto Alegre: PUCRS, 2001, p. 1024-1027.
- GARDELIN, Mário. Para a História da CIC. Caxias do Sul, 1978.
- GIRON, Loraine Slomp. As sombras do Littorio: o fascismo no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Parlenda, 1994.
- GIRON, Loraine Slomp & BERGAMASCHI, Heloisa Eberle. Casas de negócio: 125 anos de imigração italiana e o comércio regional. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

HENRICHES, Liliana Alberti (org.). Histórias da imprensa em Caxias do Sul. Caxias do Sul: Museu Municipal/Arquivo Histórico de Caxias do Sul/Pioneiro, 1988.

HERÉDIA, Vânia Beatriz Merlotti. Processo de industrialização da zona italiana: estudo de caso da primeira indústria têxtil do nordeste do Estado do Rio Grande do Sul. Caxias do Sul: EDUCS, 1997.

LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. 3. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

_____. O coronelismo e o coronelismo de cada um. In: Dados - Revista de Ciências Sociais e Humanas. Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, 1980, p. 11-14.

LESSA, Barbosa. Borges de Medeiros. 2. ed. Porto Alegre: Tchê!, 1985.

LOVE, Joseph. O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1975.

MACHADO, Maria Abel. Construindo uma cidade: História de Caxias do Sul 1875-1950. Caxias do Sul: Maneco Livraria e Editora, 2001.

MAESTRI, Mário. Os senhores da serra: a colonização italiana do Rio Grande do Sul (1875-1914). 2. ed. Passo Fundo: UPF, 2005.

MALFATTI, Selvino Antonio. Chimangos e maragatos no governo de Borges de Medeiros. Porto Alegre: Pallotti, 1988.

PESAVENTO, Sandra. RS: agropecuária colonial e industrialização. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

POSSAMAI, Paulo César. Os trentinos no Rio Grande do Sul (1875-1919). In: Revista História: Debates e Tendências. Passo Fundo: UPF, v. 5, n. 1, julho/2004, p. 98-115.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O mandonismo local na vida política brasileira. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard. Sociologia política: elementos de ciência política. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.

VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. A crise dos anos 20: conflitos e transição. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1998.